



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO PARÁ
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CPL
FL 839



Processo Licitatório Nº 06.014/2023-PMSLP

Pregão Presencial Nº 014/2023-SRP-PMSLP

Interessados: Prefeitura Municipal, demais Secretarias e Fundos Municipais de Santa Luzia do Pará

Fase Licitatória: Externa

Objeto: Registro de Preços, que objetiva a Contratação de Empresa Especializada, para a Aquisição de Material de Expediente, Didático e Pedagógico, destinado em atender as necessidades da Prefeitura Municipal, demais Secretarias e Fundos Municipais de Santa Luzia do Pará.

Parecer da Controladoria Interna Nº 1601005/2024 – CGM/SLP

O Sr. Walder Araújo de Oliveira, responsável pelo Controle Interno do Município de Santa Luzia - PA, nomeado nos termos do Decreto Municipal Nº 01-A/2021, DECLARA, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do artigo 3º, inciso IV da Resolução Administrativa nº 27/2016 do TCM-PA, que analisou integralmente o Pregão Presencial Nº 014/2023-SRP-PMSLP na sua fase externa, com base as regras insculpidas pela Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/93, Decreto nº 7.892/2013, Lei Complementar 123/2006 e demais instrumentos legais correlatos, declarando o que segue:

I- RELATÓRIO

Considerando o Parecer Técnico Jurídico nº 057/2023–PMSLP (fls. 210 a 223) da Procuradoria-Geral do Município de Santa Luzia do Pará, os quais procedem a fase interna do Pregão Presencial Nº 014/2023-SRP-PMSLP, passo a analisar os documentos referentes a fase externa do mesmo, que se encontra instruído com tais documentações:

- a) Publicação de Aviso de Pregão Presencial nº 014/2023-SRP-PMSLP, nos Diários Oficiais da União e dos Municípios do Estado do Pará (fls. 310 a 311);



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO PARÁ
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CPL
FL 840



- b) Juntada de Documentos de Credenciamento e Propostas Comerciais das Empresas Licitantes: Silva dos Reis & Reis LTDA – CNPJ: 13.806.276/0001-03; Predo Cleber Queiroz Costa ME – CNPJ: 83.337.220/0001-32; B.F. dos Santos Distribuidora e Serviços LTDA – CNPJ: 49.418.659/0001-51; R.J. Comércio de Alimentos e Serviços LTDA – CNPJ: 29.563.124/0001-67 e Link Comércio e Distribuidora LTDA – CNPJ: 08.880.359/0001-02 (fls. 312 a 460);
- c) Ata de Sessão e Julgamento do Pregão Presencial nº 014/2023-SRP-PMSLP, comparecendo as Empresas Licitantes: Silva dos Reis & Reis LTDA – CNPJ: 13.806.276/0001-03; Predo Cleber Queiroz Costa ME – CNPJ: 83.337.220/0001-32; B.F. dos Santos Distribuidora e Serviços LTDA – CNPJ: 49.418.659/0001-51; R.J. Comércio de Alimentos e Serviços LTDA – CNPJ: 29.563.124/0001-67 e Link Comércio e Distribuidora LTDA – CNPJ: 08.880.359/0001-02 (fls. 461 a 464);
- d) Juntada de Documentos de Habilitação Jurídica das Empresas Licitantes: Silva dos Reis & Reis LTDA – CNPJ: 13.806.276/0001-03; Predo Cleber Queiroz Costa ME – CNPJ: 83.337.220/0001-32; B.F. dos Santos Distribuidora e Serviços LTDA – CNPJ: 49.418.659/0001-51; R.J. Comércio de Alimentos e Serviços LTDA – CNPJ: 29.563.124/0001-67 e Link Comércio e Distribuidora LTDA – CNPJ: 08.880.359/0001-02 (fls. 465 a 774);
- e) Ata de Reabertura da Sessão e Julgamento do Pregão Presencial nº 014/2023-SRP-PMSLP, comparecendo as Empresas Licitantes: Silva dos Reis & Reis LTDA – CNPJ: 13.806.276/0001-03; Predo Cleber Queiroz Costa ME – CNPJ: 83.337.220/0001-32; B.F. dos Santos Distribuidora e Serviços LTDA – CNPJ: 49.418.659/0001-51; R.J. Comércio de Alimentos e Serviços LTDA – CNPJ: 29.563.124/0001-67 e Link Comércio e Distribuidora LTDA – CNPJ: 08.880.359/0001-02 (fls. 775 a 805);
- f) Propostas Comerciais Consolidadas das Empresas Licitantes: Silva dos Reis & Reis LTDA – CNPJ: 13.806.276/0001-03; Predo Cleber Queiroz Costa ME – CNPJ: 83.337.220/0001-32; B.F. dos Santos Distribuidora e Serviços LTDA – CNPJ: 49.418.659/0001-51; R.J. Comércio de Alimentos e Serviços LTDA – CNPJ: 29.563.124/0001-67 e Link Comércio e Distribuidora LTDA – CNPJ: 08.880.359/0001-02 (fls. 806 a 819);
- g) Despacho da Comissão Permanente de Licitação à Controladoria Interna do Município de Santa Luzia do Pará, Solicitando Análise do Pregão Presencial nº 014/2023-SRP-PMSLP e Emissão de Parecer (fl. 820).

Este é o Relatório por ora analisado, por esta Controladoria Interna, dando prosseguimento, quanto aos requisitos de formalidade e legalidade, necessários aos atos administrativos, até aqui praticados pela Comissão Permanente de Licitação.



II- FASE EXTERNA

A partir da publicação do instrumento convocatório, inicia-se a “fase externa da licitação”, com a convocação dos eventuais interessados, para aderirem ao certame e apresentarem suas propostas.

No instrumento convocatório, contém todas as regras, que nortearam a licitação, devendo ser observado pela Administração Pública e pelos licitantes o Princípio da vinculação ao instrumento convocatório, nos artigos 3º, 41 e 55, inciso IX da Lei 8666/93.

Desta forma, os licitantes podem impugnar o edital, até o segundo dia útil, que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, sob pena de decadência de acordo com o presente artigo 41, §2º da Lei 8.666/93. Rafael Carvalho Rezende Oliveira, nos ensina que:

É importante destacar que a norma não estabelece (nem poderia) controle geral e indiscriminado sobre todos os editais de licitação, mas apenas quando houver solicitação do Tribunal de Contas, sob pena de violação ao princípio da separação de poderes. Por esta razão, **o STF declarou inconstitucionais os atos normativos de Tribunal de Contas estadual que determinavam o dever genérico de envio de editais de licitação àquela Corte de Contas** (OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Licitações e Contratos Administrativos: Teoria e Prática. 9ª Edição. São Paulo: Método. 2020. p. 182).

A Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aduz ainda que:

STF – ADI 916: “O art. 71 da Constituição Federal de 1988, não insere na competência do TCU a aptidão para examinar, previamente, a validade de Contratos Administrativos celebrados pelo Poder Público. Atividade que se insere no acervo de competência da função executiva. **É inconstitucional norma local que estabeleça a competência do Tribunal de Contas para realizar exame prévio de validade de contratos firmados com o Poder Público**” (Grifei).

Sendo assim, ressalvo, que este Certame Licitatório em sua Fase Externa é condizente, com o teor jurisdicional, por ora a ser contratado.



III- DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO, PROPOSTAS COMERCIAIS E HABILITAÇÃO JURÍDICA

A Comissão Permanente de Licitação, por meio de sua pregoeira, Sra. Edielma Ramos Canto, nomeada pela Portaria nº 04/2021, apresentou as Documentações de Credenciamento, Propostas Comerciais e Habilitação Jurídica das Empresas Licitantes: Silva dos Reis & Reis LTDA – CNPJ: 13.806.276/0001-03; Predo Cleber Queiroz Costa ME – CNPJ: 83.337.220/0001-32; B.F. dos Santos Distribuidora e Serviços LTDA – CNPJ: 49.418.659/0001-51; R.J. Comércio de Alimentos e Serviços LTDA – CNPJ: 29.563.124/0001-67 e Link Comércio e Distribuidora LTDA – CNPJ: 08.880.359/0001-02 (fls. 312 a 460 e fls. 465 a 774), declarando-as como vencedoras, conforme a Ata de Reabertura de Sessão e Julgamento do Pregão Presencial nº 014/2023-SRP-PMSLP (fls. 775 a 805).

IV- ADJUDICAÇÃO

Nesta fase se estabelece o vínculo, entre os adjudicatários e a Administração Pública Municipal, adquirindo o direito de contratar, bem como as penalidades previstas no edital, deste certame licitatório. Maria Sylvania Zanella Di Pietro, nos esclarei-

A adjudicação é o ato pelo qual a Administração, pela mesma autoridade competente para homologar, atribui ao vencedor o objeto da licitação. É o ato final do procedimento. Trata-se de ato declaratório que não se confunde com a celebração do contrato (DI PIETRO, M. S. Z. Direito Administrativo. 27ª ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 433).

Concluo, pela ADJUDICAÇÃO do certame, revestido de total legalidade, cabendo à autoridade competente deliberar sobre a sua conveniência.

V- HOMOLOGAÇÃO

A homologação do resultado, acarreta o direito dos licitantes vencedores à celebração dos contratos administrativos, sendo vedada a celebração de contratos com preterição da ordem de classificação ou com pessoas estranhas à licitação de acordo com o presente artigo 60 e 61 da Lei nº 8/666.93. Se não Vejamos:



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO PARÁ
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CPL
FL 843



Art. 60 - Os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas, de tudo juntando-se cópia no processo que lhe deu origem.

Art. 61 - Todo contrato deve mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais (BRASIL, Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Concluo, pela HOMOLOGAÇÃO do certame, revestido de total legalidade, cabendo à autoridade competente deliberar sobre a sua conveniência.

VI- CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 74, estabelece as finalidades do sistema de controle interno, ao tempo em que a Resolução TCM/PA nº 7.739/2005, atribuindo ao Controle Interno, dentre outras competências, realizar acompanhamento, levantamento, inspeção e auditoria nos sistemas administrativo, contábil, financeiro, patrimonial e operacional, relativos às atividades administrativas das Unidades do Município de Santa Luzia do Pará, com vistas de verificar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão dos responsáveis pela execução orçamentário, financeira e patrimonial.

E ainda, avaliar seus resultados, relativos à economicidade, eficiência e eficácia, bem como da aplicação de recursos públicos, por entidades de direito privado, acrescidas de apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional, na forma dos artigos 74, 75 e 31, inciso IV, todas da Constituição Federal de 1988, artigo 23 da Constituição Estadual de 1989 e Lei Municipal nº 301 de 18 de março de 2013.

Neste sentido, o Parecer Técnico, desta Controladoria Interna Municipal é entendido como ato próprio.

VII- CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

As contratações públicas, deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de Gestão de Risco e de Controle Preventivo, inclusive mediante a



adoção de Recursos de Tecnologia da Informação, além de estar subordinadas ao Controle Social.

Desta forma, todos os envolvidos neste certame licitatório, onde os custos e medidas de promoção de relações íntegras e confiáveis, proporcionarão segurança jurídica e produzirá o resultado mais vantajoso, para a Administração Pública Municipal, com eficiência, eficácia e efetividade na Contratação Pública por ora analisada.

Para a realização de suas atividades, os órgãos de Controle, deverão ter acesso irrestrito aos documentos e às informações necessárias à realização dos trabalhos, inclusive aos documentos classificados pelo órgão ou entidade, nos termos da Lei nº 12.527/2011.

Quando constarem irregularidades, que configurem Dano à Administração Pública Municipal, sem prejuízo das medidas previstas no inciso I, §3º do artigo 169 da Lei nº 14.133/2021, adotar-se-á as providencias necessárias, para apuração das infrações administrativas, observando a segregação de funções e a necessidade de individualização das condutas, bem como remeterão ao Ministério Público local desta municipalidade. Matheus Carvalho, João Paulo Oliveira e Paulo Germano Rocha, nos ensinam que:

Trata-se de dispositivo que regulamenta o controle interno das contratações públicas, feito pelos órgãos integrantes da estrutura do ente licitante e seus auxiliares, assim como do controle externo realizado por outros poderes, inclusive pelo tribunal de contas. Regulamenta que o controle deve ocorrer de forma preventiva [...].

É importante ter em mente que esse dispositivo não limita a atuação dos órgãos de controle que, a qualquer tempo, vislumbrem ilegalidade no certame licitatório, por ainda se considerar que não foram ultrapassadas as “linhas de combate” anteriores. **O controle deve ser enxergado como uma atuação concomitante e independente dos órgãos responsáveis por ele** (CARVALHO, Matheus; OLIVEIRA, João Paulo; ROCHA, Paulo Germano. Nova Lei de Licitações Comentada. Salvador: Editora JusPodivm. 2021. p. 645-646).

O dispositivo prioriza a manutenção dos atos administrativos, que possuem vícios sanáveis em observância ao Princípio da Autotutela, adotando as medidas necessárias, para o saneamento de tais vícios. Por óbvio, em casos de vícios insanáveis,



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO PARÁ
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CPL
FL. 845



deverá ser determinada a anulação dos atos administrativos ilegais e do procedimento licitatório viciado em observância a Súmula nº 473 do STF.

Assim sendo, **DECLARO FAVORÁVEL** pelo Presente Certame Licitatório, revestido de todas as formalidades legais.

É o Parecer Técnico, salvo melhor entendimento.

Santa Luzia do Pará, 16 de janeiro de 2024

Oliveira

Assinado de forma
digital por WALDER
ARAÚJO DE
OLIVEIRA:01339827102
OLIVEIRA:01339827102

WALDER ARAÚJO DE OLIVEIRA

Controlador Interno

Decreto nº 01-A/2021